



Processo nº 10880.925175/2009-63
Recurso Voluntário
Acórdão nº **3101-001.888 – 3^a Seção de Julgamento / 1^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 22 de maio de 2024
Recorrente DIAGEO BRASIL LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 13/04/2005

DCOMP, ERRO NA DCOMP COMPROVADO. CRÉDITO VERIFICADO EM DILIGÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROCEDENTE. HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PELA ORIGEM.

Afastada à necessidade de retificação da DCOMP quando comprovado o erro formal pelo contribuinte; confirmado pela fiscalização que o crédito oriundo de pagamento a maior ou indevido é hígido e que não foi aproveitado, deve ser reconhecido o crédito indicado em DCOMP e homologada a compensação até o limite do crédito reconhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso voluntário, para reconhecer o crédito indicado na DCOMP pela recorrente e, de conseqüente, seja a compensação homologada até o limite do crédito reconhecido.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Roberto da Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Sabrina Coutinho Barbosa - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Joao Jose Schini Norbiato (suplente convocado(a)), Sabrina Coutinho Barbosa, Laura Baptista Borges, Marcos Roberto da Silva (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente(s) o conselheiro(a) Renan Gomes Rego, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Joao Jose Schini Norbiato.

Relatório

Gira a discussão em torno da Dcomp nº 25726.76248.240605.1.3.04-7029, no qual busca a recorrente a quitação do débito da Contribuição Social Retida na Fonte – CSRF, para o período do 1º quinquênio de junho de 2005 no valor de R\$ 25.836,11, com crédito decorrente de DARF no valor de R\$ 27.084,92 pago em 13/04/2005.

Reproduz-se o relatório da DRJ para retratar com autenticidade os fatos ocorridos:

Trata-se de Manifestação de Inconformidade interposta em face do Despacho Decisório em que foi apreciada a Declaração de Compensação (PER/DCOMP) de fls. 01/02, por intermédio da qual a contribuinte pretende compensar débitos de sua responsabilidade com crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior de tributo (PI — código de receita: 0668).

Por intermédio do despacho decisório de fl. 07, não foi reconhecido qualquer direito creditório a favor da contribuinte e, por conseguinte, não-homologada a compensação declarada no presente processo, ao fundamento de que não foi confirmada a existência do crédito informado, pois o DARF discriminado no PER/DCOMP não foi localizado nos sistemas da Receita Federal.

Irresignada, interpôs a contribuinte manifestação de inconformidade de fls. 10/15, instruída com os documentos de fls. 16/45, na qual alega, em síntese, que:

a) Erroneamente foi informado na PER/DCOMP que o DARF, no valor de R\$ 27.084,92, foi recolhido com o CNPJ 62.166.848/0001-42, que corresponde a matriz, quando na verdade deveria ter constatado o CNPJ 62.166.848/0005-76, que corresponde a uma de suas filiais. Como resultado, não foi localizado o pagamento informado na PER/DCOMP.

Dessa forma, para fins do DARF do crédito referido na PER/DCOMP deveria ser considerado o CNPJ 62.166.848/0005-76 (da filial), e não o CNPJ nº 62.166.848/0001-42 (da matriz);

b) Foi declarado pela manifestante na DCTF de abril de 2005 o valor de R\$ 27.084,92 referente ao IPI do 1º decêndio de abril da filial com CNPJ 62.166.848/0005-76, quando o correto seria o valor de R\$ 1.624,66;

c) Ao final, requer que o sistema da Receita Federal do Brasil seja atualizado de modo que nele conste a suspensão da exigibilidade do débito, bem como, que todas as comunicações dos atos processuais sejam encaminhadas ao endereço da manifestante informado na peça defensória, com cópia para o seu procurador.

A manifestação de inconformidade da empresa, ora recorrente, foi julgada improcedente, especialmente por ausência de retificação da DCOMP transmitida com erros, contrariando o exigido pela IN SRF nº 460/2004 (determinação mantida nas IN nº 600/2005 e 900/2008). A decisão recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Data do fato gerador: 24/06/2005

DECISÃO ADMINISTRATIVA. DELIMITAÇÃO DO LITÍGIO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DO DIREITO CRÉDITÓRIO SUBMETIDO À APRECIAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.

O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal do

Brasil, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. A compensação será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração de compensação na qual constará informação relativa ao crédito utilizado e ao respectivo débito compensado. Apreciado o pedido pela autoridade administrativa e identificado o interessado, o litígio administrativo está circunscrito ao direito creditório apontado no PER/DCOMP transmitido eletronicamente, não havendo previsão legal para sua alteração na manifestação de inconformidade.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. RETIFICAÇÃO APÓS DESPACHO DECISÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

A Declaração de Compensação somente poderá ser retificada pelo sujeito passivo caso se encontre pendente de decisão administrativa à data do envio do documento retificador.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 24/06/2005

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIO PERANTE A AUTORIDADE JULGADORA.

Caracteriza novo pedido, a exigir os trâmites próprios, a pretensão de reconhecimento de crédito contra a Fazenda Pública, formulado na manifestação de inconformidade.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Tão logo intimada, a recorrente interpôs recurso administrativo voluntário admitindo o erro no preenchimento do CNPJ indicado no DARF que originou o crédito, e, de conseqüente, reitera o pedido retificação de ofício da informação prestada no PER/DCOMP, em homenagem ao princípio da verdade material.

O julgamento da peça foi convertido em diligência pela Turma 3301, sob os seguintes termos:

Em razão do acima exposto, voto por converter o julgamento do feito em diligência, para que a Unidade de Origem adote as seguintes providências:

- a) Juntar aos autos cópia da última DCTF retificadora ativa apresentada pela Recorrente para o mês 04/2005, expondo o débito declarado de IPI, código de receita 0668-01, 1º Decêndio/Abril, do CNPJ 62.166.848/0005-76, bem como os correspondentes créditos vinculados;
- b) Juntar aos autos o extrato do pagamento à fl. 43, extraído dos sistemas da RFB, demonstrando suas alocações a débitos e saldos porventura existentes; e
- c) Comprovar a legitimidade da copia do Livro RAIFI anexada à fl. 48 junto à contabilidade da Recorrente, em especial se essa cópia representa com fidedignidade o documento (Livro RAIFI) do qual foi extraída.

A diligência foi realizada e do seu resultado foi dada ciência à recorrente que não apresentou considerações adicionais àquelas já trazidas em recurso.

É o relatório.

Voto

Conselheira Sabrina Coutinho Barbosa, Relatora.

Por uma simples leitura do recurso voluntário e pedidos, vê-se que a recorrente busca a retificação de ofício do DARF e da DCOMP transmitida.

Embora tenha acertado o juízo *a quo* em relação à necessidade de retificação da declaração de compensação, para que os ajustes nos dados informados fossem efetuados; uma vez que a sua falta prejudica a análise da higidez do crédito indicado, o Colegiado decidiu pela conversão do julgamento em diligência para que a Unidade de Origem prestasse esclarecimentos em face dos argumentos da recorrente.

A diligência elucidou os fatos, como visto:

a) Juntar aos autos cópia da última DCTF retificadora ativa apresentada pela Recorrente para o mês 04/2005, expondo o débito declarado de IPI, código de receita 0668-01, 1º Decêndio/Abril, do CNPJ 62.166.848/0005-76, bem como os correspondentes créditos vinculados;

Pode-se observar que para a declaração original nº 100.0000.2005.1850004323, foi declarado para o CNPJ 62.166.848/0005-76, o seguinte:

LICENCIAMENTO		DECRETO DE APLICAÇÃO	
DATA DO DECRETO	02/04/2005	DEC - DECRETO NÚMERO DECRETALIZADO	27.084,92
DATA DE EMISSÃO	02/04/2005	DATA DE EMISSÃO	02/04/2005
PERIODICIDADE	DIA/MÊS/ANO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
PERÍODO DE	02/04/2005	PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
VALORES VINCULADOS		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
- PAGAMENTO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
- COMPENSAÇÃO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
- OUTRAS COMPENSATÓRIAS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
- INVESTIMENTO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
- ALÍQUOTAS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
DATA DOS CREDITOS VINCULADOS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
VALORES A PAGAR NO DECRETO		PERÍODO DE APLICAÇÃO	27.084,92
VALORES DE DECRETO - R\$		VALORES DE DECRETO - R\$	27.084,92
VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92		VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92	27.084,92
Apresentado sob MAPF - R\$		Apresentado sob MAPF - R\$	27.084,92
VALORES DE DECRETO vinculados ao DECRETO:		VALORES DE DECRETO vinculados ao DECRETO:	27.084,92
Mês: 02/04/2005		Mês: 02/04/2005	27.084,92
Data de Recolhimento:		Data de Recolhimento:	27.084,92
Mês de Recolhimento:		Mês de Recolhimento:	27.084,92
Mês de Multa:		Mês de Multa:	27.084,92
Multa:		Multa:	27.084,92
Multa Móvel:		Multa Móvel:	27.084,92
Multa Móvel do IPI:		Multa Móvel do IPI:	27.084,92
Multa Móvel do IRPF:		Multa Móvel do IRPF:	27.084,92
Multa Móvel da Declaração:		Multa Móvel da Declaração:	27.084,92
VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92		VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92	27.084,92
Apresentado sob MAPF - R\$		Apresentado sob MAPF - R\$	27.084,92
VALORES DE DECRETO vinculados ao DECRETO:		VALORES DE DECRETO vinculados ao DECRETO:	27.084,92
Mês: 02/04/2005		Mês: 02/04/2005	27.084,92
Data de Recolhimento:		Data de Recolhimento:	27.084,92
Mês de Recolhimento:		Mês de Recolhimento:	27.084,92
Mês de Multa:		Mês de Multa:	27.084,92
Multa:		Multa:	27.084,92
Multa Móvel:		Multa Móvel:	27.084,92
Multa Móvel do IPI:		Multa Móvel do IPI:	27.084,92
Multa Móvel do IRPF:		Multa Móvel do IRPF:	27.084,92
Multa Móvel da Declaração:		Multa Móvel da Declaração:	27.084,92
VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92		VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92	27.084,92
Apresentado sob MAPF - R\$		Apresentado sob MAPF - R\$	27.084,92

Fig. 02: Apuração original declarada de IPI para o 1ºdecêndio/Abr/2005 do CNPJ 62.166.848/0005-76 de R\$ 27.084,92

Em relação à última declaração retificada e ativa de nº 100.0000.2009.1880230742, não consta qualquer informação sobre o CNPJ 62.166.848/0005-76, sendo que o único valor de IPI declarado nessa DCTF refere-se ao 2ºdecêndio/Abr/2005 e no valor de R\$ 70.196,78, que foi transmitido sem alocação de pagamento, veja-se:

LICENCIAMENTO		DECRETO DE APLICAÇÃO	
DATA DO DECRETO	02/04/2005	DEC - DECRETO NÚMERO DECRETALIZADO	70.196,78
DATA DE EMISSÃO	02/04/2005	DATA DE EMISSÃO	02/04/2005
PERIODICIDADE	DIA/MÊS/ANO	PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
PERÍODO DE	02/04/2005	PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
VALORES VINCULADOS		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
- PAGAMENTO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
- COMPENSAÇÃO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
- OUTRAS COMPENSATÓRIAS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
- INVESTIMENTO:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
- ALÍQUOTAS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
DATA DOS CREDITOS VINCULADOS:		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
VALORES A PAGAR NO DECRETO		PERÍODO DE APLICAÇÃO	70.196,78
VALORES DE DECRETO - R\$		VALORES DE DECRETO - R\$	70.196,78
VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92		VALORES DE DECRETO apurado no período, respeitando ao Lícen. de Apuração do IPI nº 27.084,92	70.196,78
Apresentado sob MAPF - R\$		Apresentado sob MAPF - R\$	70.196,78

Fig. 03: Apuração retificadora ativa de IPI apenas do 2ºdecêndio/Abr/2005 e do CNPJ matriz 62.166.848/0005-76 no valor de R\$ 70.196,78.

Portanto, em resposta ao item “a”, não há última DCTF retificadora ativa referente ao IPI do 1º Decêndio/Abril, do CNPJ 62.166.848/0005-76.

b) Juntar aos autos o extrato do pagamento à fl. 43, extraído dos sistemas da RFB, demonstrando suas alocações a débitos e saldos porventura existentes; e

Segue abaixo o extrato do pagamento de fl. 43, valor de R\$27.084,92, demonstrando que, uma vez houve o cancelamento da DCTF nº 100.0000.2005.1850004323, não houve alocação.

c) Comprovar a legitimidade da cópia do Livro RAIPI anexada à fl. 48 junto à contabilidade da Recorrente, em especial se essa cópia representa com fidedignidade o documento (Livro RAIPI) do qual foi extraída.

À fl. 43, refere-se a apuração do 1º decênio de abril/2005 do CNPJ 62.166.848/0005-76, no valor de R\$ 1.624,66. Que para efeito de comprovação da legitimidade desse documento informamos que a empresa foi alvo de fiscalização nesse período, conforme auto de infração nº 10830.003785/2010-33, onde foi obtido as cópias de apuração do IPI abaixo, demonstrando a legitimidade do documento de fl. 43:

(...)

Pois ao analisar a documentação da empresa a autoridade fiscal naquele período apurou que o valor de IPI de R\$ 1.624,66 calculado pela empresa era menor que o devido, conforme demonstrativo do auto de infração 10830.003785/2010-33 visto abaixo:

(...)

Consoante citado acima, o erro apontado pela recorrente foi esclarecido pela fiscalização, a partir de provas, de modo que o DARF foi localizado e confirmado a não alocação a outros pagamentos.

Deduz-se assim, que o crédito é certo e líquido (art. 165 do CTN), a permitir seu aproveitamento na DCOMP ora examinada, a teor do art. 170 do CTN:

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Sendo assim, dou parcial provimento ao recurso voluntário, para reconhecer o crédito indicado na DCOMP pela recorrente e, de conseguinte, seja a compensação homologada até o limite do crédito reconhecido pela fiscalização em diligência.

(documento assinado digitalmente)

Sabrina Coutinho Barbosa.

Fl. 6 do Acórdão n.º 3101-001.888 - 3^a Sejul/1^a Câmara/1^a Turma Ordinária
Processo nº 10880.925175/2009-63